



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO DISTRITO FEDERAL**

PORTARIA Nº 264, DE 12 DE MAIO DE 2019.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelo art. 129, incisos III e VI, da [Constituição da República](#), e pelos arts. 6º, inciso VII, alínea “d”, 7º, inciso I, e 8º, inciso II, e §§ 2º e 3º, todos da [Lei Complementar n.º 75/93](#);

CONSIDERANDO o teor dos autos do Procedimento Preparatório nº 1.16.000.0002906/2018-81, que trata de possível descumprimento do dever do Ministério da Educação de promover reuniões periódicas do Conselho Permanente de Reconhecimento de Saberes e Competências (CPRSC);

CONSIDERANDO que as questões versadas nos autos ainda demandam diligências para a formação do convencimento ministerial acerca das medidas a serem eventualmente adotadas, não cabendo, por outro lado, o arquivamento do procedimento;

DETERMINA:

1. a conversão do presente procedimento em Inquérito Civil;
2. a publicação desta Portaria, como de praxe;
3. a verificação do decurso do prazo de 1 ano.

Publique-se e registre-se.

ANDREA SILVA ARAUJO

Procuradora da República

(Em Substituição)

Este texto não substitui o [publicado no DMPF-e, Brasília, DF, 29 ago. 2019. Caderno Extrajudicial, p. 7.](#)